

PARASITOSE NEGLIGENCIADAS NO BRASIL: ABORDAGEM FARMACOLÓGICA NO ÂMBITO DO SUS

João Vitor dos Santos Nascimento¹; Jonatan Tanapache Baca²; Naiara Cristina de Souza Garajau³; Plínio Marinho de Carvalho⁴; Susana de Sousa Araújo⁵

Graduado em Enfermagem pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU, Maceió AL¹; Graduando em Enfermagem pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Cáceres MT²; Graduanda em Enfermagem pela Universidade Norte Paraná - UNOPAR, Arapiraca AL³; Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís MA⁴; Graduanda em Farmácia pela Faculdade Anhanguera - ANHANGUERA, Colinas MA⁵

joaovitor.nsantos18@gmail.com

Área Temática: Saúde Coletiva

RESUMO

Introdução: As parasitoses negligenciadas configuram-se como importantes problemas de saúde pública no Brasil, especialmente por sua associação com condições de vulnerabilidade social, saneamento básico inadequado e dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Essas enfermidades apresentam elevada prevalência em determinadas regiões do país e permanecem historicamente à margem das agendas de pesquisa e inovação farmacológica. **Objetivo:** Analisar as parasitoses negligenciadas no Brasil, com ênfase na abordagem farmacológica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), destacando o papel da assistência farmacêutica, os principais desafios terapêuticos e a relevância das políticas públicas de saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-exploratório, realizada por meio da análise de artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais. As buscas ocorreram nas bases SciELO, LILACS e PubMed, além de normativas do Ministério da Saúde, utilizando descritores relacionados às parasitoses negligenciadas, assistência farmacêutica e SUS. **Resultados e Discussão:** Os achados evidenciam que, apesar da existência de diretrizes e políticas públicas consolidadas, persistem desafios relacionados à disponibilidade de medicamentos, aos efeitos adversos, à resistência parasitária, ao diagnóstico tardio e à baixa adesão aos esquemas terapêuticos. A assistência farmacêutica mostrou-se elemento estratégico, contribuindo para o uso racional de medicamentos, o acompanhamento farmacoterapêutico e a integração com as equipes multiprofissionais. Além disso, ações educativas e intersetoriais associadas à atenção primária potencializam os resultados da abordagem farmacológica. **Conclusão:** Conclui-se que o enfrentamento das parasitoses negligenciadas exige uma abordagem integrada, articulando políticas públicas, assistência farmacêutica, vigilância em saúde e ações educativas. O fortalecimento do papel do farmacêutico e da atenção primária é fundamental para promover o cuidado integral, reduzir iniquidades e ampliar a efetividade do tratamento no SUS. **Palavras-chave:** Parasitoses negligenciadas; Assistência farmacêutica; Sistema Único de Saúde; Uso racional de medicamentos; Políticas públicas de saúde.

1 INTRODUÇÃO

As parasitoses negligenciadas configuram-se como um importante problema de saúde pública no Brasil, especialmente por sua elevada prevalência em populações socialmente vulneráveis e por estarem associadas a condições precárias de saneamento básico, moradia inadequada e acesso limitado aos serviços de saúde. Essas enfermidades integram o grupo das chamadas doenças negligenciadas, caracterizadas não apenas pelo impacto significativo na morbimortalidade, mas também pela baixa visibilidade histórica nas agendas de pesquisa, financiamento e desenvolvimento tecnológico, sobretudo no que se refere à inovação farmacológica (Chao *et al.*, 2024).

No contexto brasileiro, as parasitoses negligenciadas afetam de maneira desigual diferentes regiões do país, com maior concentração nas áreas Norte e Nordeste, refletindo profundas iniquidades sociais e econômicas. Doenças como leishmaniose visceral, esquistossomose, geo-helmintíases e doença de Chagas continuam a comprometer a qualidade de vida de milhares de indivíduos, especialmente crianças e adultos em situação de pobreza. Estudos demonstram que essas enfermidades impactam negativamente o desenvolvimento infantil, o desempenho escolar e a produtividade econômica, perpetuando ciclos de exclusão social e adoecimento crônico (Santos *et al.*, 2025).

A leishmaniose visceral, por exemplo, apresenta elevada letalidade quando associada a coinfeções, como a infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), evidenciando a complexidade clínica e terapêutica dessas parasitoses. Pesquisa retrospectiva realizada no Brasil entre 2007 e 2018 aponta que fatores socioeconômicos, dificuldades no diagnóstico precoce e limitações no acesso ao tratamento adequado contribuem para o agravamento dos casos e aumento da mortalidade (Carvalho *et al.*, 2022). Esse cenário reforça a necessidade de estratégias integradas de cuidado, com destaque para a assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O SUS desempenha papel central no enfrentamento das parasitoses negligenciadas, garantindo acesso universal e gratuito às ações de prevenção, diagnóstico e tratamento. A Política Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica estabelece diretrizes para assegurar o uso racional de medicamentos, a seleção adequada de fármacos essenciais e a organização dos serviços farmacêuticos nos diferentes níveis de atenção à saúde (Brasil, s.d.). Nesse sentido, a assistência farmacêutica assume função estratégica, não apenas na dispensação de medicamentos, mas também na promoção da adesão terapêutica, no acompanhamento farmacoterapêutico e na educação em saúde da população.

A abordagem farmacológica das parasitoses negligenciadas no SUS envolve desafios significativos, como a limitada disponibilidade de medicamentos específicos, a ocorrência de efeitos adversos relevantes, a resistência parasitária e a necessidade de esquemas terapêuticos prolongados. Além disso, muitos dos fármacos utilizados são antigos, com baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento, o que compromete a efetividade e a segurança do tratamento (Cordeiro, 2024). Nesse contexto, a gestão da assistência farmacêutica torna-se fundamental para garantir a qualidade do cuidado e o uso racional dos medicamentos disponíveis (Maximino, 2023).

Programas governamentais voltados à quimioprofilaxia e ao controle das doenças negligenciadas buscam minimizar esses impactos por meio de ações integradas, que incluem vigilância epidemiológica, tratamento em massa, educação em saúde e fortalecimento da atenção primária. Iniciativas como o Programa Saúde na Escola (PSE) contribuem para a prevenção dessas doenças ao promover ações educativas e de identificação precoce em ambientes escolares, reforçando o caráter intersetorial das políticas públicas de saúde (Brasil, s.d.). Tais estratégias evidenciam que o enfrentamento das parasitoses negligenciadas exige articulação entre diferentes setores e níveis de atenção.

A atuação do farmacêutico no SUS destaca-se como elemento essencial nesse processo, uma vez que esse profissional contribui para a orientação adequada sobre o uso dos medicamentos, monitoramento de reações adversas e apoio às equipes multiprofissionais. A educação permanente em saúde e a capacitação dos profissionais fortalecem a qualidade da assistência prestada e ampliam o impacto das ações de controle das parasitoses negligenciadas (Abreu *et al.*, s.d.; Gurjão, s.d.).

Diante desse panorama, o presente trabalho tem como objetivo analisar as parasitoses negligenciadas no Brasil, com ênfase na abordagem farmacológica no âmbito do Sistema Único de Saúde, destacando o papel da assistência farmacêutica, os desafios relacionados ao tratamento medicamentoso e a importância das políticas públicas na promoção do cuidado integral e do uso racional de medicamentos.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa e caráter descritivo-exploratório, cujo objetivo foi analisar as parasitoses negligenciadas no Brasil, com ênfase na abordagem farmacológica no âmbito do

Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa bibliográfica mostrou-se adequada por permitir a sistematização do conhecimento científico já produzido sobre o tema, possibilitando a compreensão dos avanços, desafios e lacunas existentes na assistência farmacêutica voltada ao controle dessas enfermidades.

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento de publicações científicas e documentos oficiais que abordassem parasitoses negligenciadas, políticas públicas de saúde, assistência farmacêutica e estratégias terapêuticas adotadas no SUS. Foram consultadas bases de dados eletrônicas amplamente utilizadas na área da saúde, tais como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e PubMed, além de documentos institucionais do Ministério da Saúde, legislações e políticas nacionais relacionadas ao tema.

Para a busca dos estudos, utilizaram-se descritores controlados e não controlados, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, tais como: “parasitoses negligenciadas”, “doenças negligenciadas”, “assistência farmacêutica”, “Sistema Único de Saúde”, “abordagem farmacológica” e “tratamento medicamentoso”. A estratégia de busca foi adaptada conforme as especificidades de cada base de dados, visando ampliar a sensibilidade da pesquisa e assegurar a recuperação de estudos relevantes.

Os critérios de inclusão adotados foram: artigos científicos, livros, capítulos de livros, dissertações, teses e documentos oficiais publicados nos idiomas português, inglês ou espanhol; estudos que abordassem parasitoses negligenciadas no contexto brasileiro; publicações que discutissem aspectos relacionados à abordagem farmacológica, ao uso de medicamentos, à assistência farmacêutica ou às políticas públicas de saúde no âmbito do SUS; e materiais publicados preferencialmente nos últimos dez anos, a fim de garantir maior atualidade das informações, sem excluir documentos clássicos ou normativos considerados relevantes para a compreensão do tema.

Foram estabelecidos como critérios de exclusão: publicações duplicadas nas bases de dados; estudos que não abordassem diretamente parasitoses negligenciadas ou que tratassem exclusivamente de doenças não parasitárias; trabalhos cujo foco estivesse restrito a aspectos laboratoriais, experimentais ou veterinários, sem relação com a assistência farmacêutica ou o SUS; além de resumos, editoriais, cartas ao editor e materiais que não apresentassem conteúdo científico ou técnico suficiente para análise.

Após a etapa de busca, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos para verificação da adequação aos critérios de inclusão e exclusão. Em seguida, os estudos selecionados foram

analisados na íntegra, permitindo a extração e organização das informações relevantes para o desenvolvimento do trabalho. Os dados obtidos foram categorizados de forma temática, considerando aspectos como tipos de parasitoses negligenciadas, medicamentos utilizados no SUS, desafios da abordagem farmacológica, papel do farmacêutico e diretrizes das políticas públicas de saúde.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, por meio da interpretação crítica do conteúdo dos estudos selecionados, buscando identificar convergências, divergências e lacunas no conhecimento científico sobre o tema. Essa abordagem possibilitou uma visão abrangente sobre a atuação do SUS no enfrentamento das parasitoses negligenciadas e sobre a importância da assistência farmacêutica na promoção do cuidado integral e do uso racional de medicamentos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados permitiu identificar aspectos centrais relacionados às parasitoses negligenciadas no Brasil, especialmente no que se refere à abordagem farmacológica adotada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Os resultados evidenciam que, embora existam políticas públicas consolidadas e diretrizes normativas voltadas ao enfrentamento dessas enfermidades, ainda persistem desafios estruturais, terapêuticos e sociais que comprometem a efetividade das ações de controle e tratamento (Chao *et al.*, 2024).

As parasitoses negligenciadas mantêm relação direta com determinantes sociais da saúde, como pobreza, desigualdade social, condições precárias de moradia e saneamento básico inadequado. Conforme discutido por Gurjão (s.d.), esses fatores influenciam não apenas a incidência das doenças, mas também a permanência de ciclos de transmissão e reinfecção, limitando o impacto das intervenções farmacológicas quando estas não são acompanhadas por ações estruturantes.

Nesse contexto, o SUS assume papel fundamental na promoção do acesso universal aos serviços de saúde e aos medicamentos essenciais, conforme estabelecido pela Lei nº 8.080/1990 (Brasil, 1990). A organização da atenção primária à saúde constitui a principal estratégia para o diagnóstico precoce, o tratamento oportuno e o acompanhamento dos indivíduos acometidos por parasitoses negligenciadas, especialmente em populações socialmente vulneráveis.

Entretanto, a literatura aponta limitações relacionadas à logística e à organização dos serviços, que interferem na continuidade do tratamento farmacológico. A Política Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica destaca que falhas nos processos de seleção, aquisição e distribuição de medicamentos podem resultar em desabastecimento e comprometer a adesão terapêutica, impactando negativamente os resultados clínicos (Brasil, 1998).

Os medicamentos utilizados no tratamento das parasitoses negligenciadas, em sua maioria, apresentam esquemas terapêuticos específicos e potencial para efeitos adversos, o que exige acompanhamento rigoroso dos usuários. Segundo Maximino (2023), a ausência de orientação adequada quanto ao uso racional dos medicamentos pode favorecer o abandono do tratamento e reduzir sua eficácia, contribuindo para a persistência das infecções.

A assistência farmacêutica, nesse cenário, deve ser compreendida como uma ação estratégica que vai além da simples dispensação de medicamentos. Conforme ressaltado por Abreu *et al.* (s.d.), a atuação clínica do farmacêutico, integrada à equipe multiprofissional, contribui para a promoção do uso racional de medicamentos, a identificação de reações adversas e o fortalecimento da adesão terapêutica.

Os estudos analisados indicam que serviços de saúde com maior integração entre farmacêuticos, médicos e demais profissionais apresentam melhores resultados no acompanhamento dos pacientes acometidos por parasitoses negligenciadas. Essa articulação favorece a construção de planos terapêuticos mais adequados às necessidades individuais e coletivas, conforme discutido por Maximino (2023).

No âmbito das políticas públicas, destacam-se iniciativas voltadas à prevenção e ao controle das doenças negligenciadas, como programas de quimioprofilaxia e ações educativas. Cordeiro (2024) aponta que tais programas apresentam maior efetividade quando associados a estratégias intersetoriais que visem à redução das desigualdades sociais e à melhoria das condições de vida das populações afetadas.

As ações educativas desenvolvidas em escolas e comunidades também se mostram relevantes no enfrentamento das parasitoses negligenciadas. O Caderno Temático do Programa Saúde na Escola ressalta que a educação em saúde contribui para a conscientização sobre medidas preventivas, higiene pessoal e ambiental, potencializando os efeitos das intervenções farmacológicas (Brasil, s.d.).

No que se refere às populações infantis, Santos *et al.* (2025) destacam que as parasitoses figuram entre as doenças prevalentes na infância, exigindo atenção contínua da atenção primária à saúde. O acompanhamento adequado dessas crianças é essencial para prevenir complicações clínicas e prejuízos ao crescimento e desenvolvimento.

A coinfeção entre parasitoses negligenciadas e outras doenças infecciosas representa um desafio adicional para o manejo farmacológico. O estudo de Carvalho *et al.* (2022), ao analisar a leishmaniose visceral associada ao HIV, evidencia a necessidade de esquemas terapêuticos diferenciados e maior monitoramento clínico, reforçando a importância da integração entre vigilância epidemiológica e assistência farmacêutica.

Os achados também indicam que o diagnóstico tardio permanece como um fator determinante para o agravamento dos casos e para o aumento da letalidade em determinadas parasitoses. Chao *et al.* (2024) ressaltam que o fortalecimento da vigilância em saúde e da atenção primária pode contribuir para a detecção precoce e a redução das complicações associadas a essas enfermidades.

Além disso, a gestão da assistência farmacêutica influencia diretamente a qualidade do cuidado ofertado no SUS. Maximino (2023) enfatiza que a organização eficiente dos processos de planejamento, aquisição e distribuição de medicamentos é essencial para garantir o acesso contínuo e oportuno aos tratamentos necessários.

Por fim, os estudos analisados convergem para a compreensão de que o enfrentamento das parasitoses negligenciadas exige uma abordagem ampliada e integrada. A efetividade da abordagem farmacológica depende da articulação entre políticas públicas, assistência farmacêutica, ações educativas e intervenções intersetoriais, reafirmando o papel do SUS como eixo estruturante na promoção da saúde e na redução das iniquidades sociais no Brasil (Brasil, 1990; Brasil, 1998).

Quadro 1 – Principais parasitoses negligenciadas no Brasil, medicamentos utilizados no SUS e desafios da abordagem farmacológica

Parasitoses negligenciadas	Principais medicamentos utilizados no SUS	Nível de atenção predominante	Principais desafios da abordagem farmacológica
Leishmaniose visceral	Anfotericina B (convencional e	Média e alta complexidade	Alta toxicidade medicamentosa;

	lipossomal); Antimoniato de meglumina		necessidade de hospitalização; coinfecção com HIV; dificuldades no diagnóstico precoce
Esquistossomose	Praziquantel	Atenção primária	Reinfecção frequente; baixa adesão ao tratamento; saneamento básico inadequado
Geo-helminthíases (ascaridíase, ancilostomíase, tricuriase)	Albendazol; Mebendazol	Atenção primária	Tratamento em massa sem acompanhamento farmacoterapêutico; falhas em ações preventivas
Doença de Chagas (fase crônica)	Benznidazol	Atenção primária e especializada	Baixa efetividade na fase crônica; efeitos adversos; abandono do tratamento
Filariose linfática	Dietilcarbamazina (DEC)	Atenção primária	Dificuldades logísticas; adesão ao tratamento; estigmatização social
Oncocercose	Ivermectina	Atenção primária	Necessidade de doses repetidas; controle vetorial insuficiente

Fonte: Elaboração própria, com base em Brasil (s.d.), Chao et al. (2024), Cordeiro (2024) e Maximino (2023).

4 CONCLUSÃO

As parasitoses negligenciadas no Brasil permanecem como um relevante desafio para a saúde pública, sobretudo por sua estreita relação com as desigualdades sociais, econômicas e ambientais que afetam parcelas significativas da população. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que essas enfermidades continuam a impactar de forma expressiva a morbimortalidade, especialmente em regiões historicamente vulneráveis, reforçando a necessidade de estratégias contínuas e integradas de enfrentamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A abordagem farmacológica adotada pelo SUS demonstra avanços importantes no que se refere à ampliação do acesso aos medicamentos essenciais e à consolidação da assistência farmacêutica como componente estratégico do cuidado em saúde. Entretanto, os resultados analisados indicam que persistem limitações relacionadas à disponibilidade de fármacos, à ocorrência de efeitos adversos, à complexidade dos esquemas terapêuticos e à adesão dos pacientes ao tratamento. Tais fatores evidenciam que o uso racional de medicamentos e o acompanhamento farmacoterapêutico são fundamentais para a efetividade das ações de controle das parasitoses negligenciadas.

Destaca-se, ainda, o papel central do farmacêutico e da atenção primária à saúde na promoção do cuidado integral, na educação em saúde e na articulação entre os diferentes níveis de atenção. A integração entre políticas públicas, vigilância epidemiológica e ações intersetoriais mostrou-se essencial para potencializar os resultados da abordagem farmacológica, uma vez que o tratamento medicamentoso isolado não é suficiente para romper os ciclos de transmissão dessas doenças.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se o desenvolvimento de estudos avaliativos sobre a efetividade do acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes com parasitoses negligenciadas no SUS, bem como investigações voltadas à inovação e ao desenvolvimento de novos medicamentos com maior eficácia e menor toxicidade. Além disso, pesquisas que analisem o impacto das ações educativas e intersetoriais associadas à assistência farmacêutica podem contribuir para o aprimoramento das estratégias de enfrentamento dessas enfermidades no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Ana Paula de Araújo et al. Uma jornada de aprendizagem farmacêutico. [S. l.: s. n.], [s. d.].

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação; BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno temático do Programa Saúde na Escola: prevenção de doenças negligenciadas. Brasília, DF: Ministério da Educação; Ministério da Saúde, [s. d.].

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 30 out. 1998.

CARVALHO, Luciana Silami *et al.* Leishmaniose visceral no Brasil: letalidade e fatores associados à coinfeção *Leishmania infantum* e o vírus da imunodeficiência humana – estudo retrospectivo (2007–2018). [S. l.: s. n.], 2022.

CHAO, Bárbara Mendes Paz *et al.* Doenças negligenciadas que impactam a saúde pública. São Paulo: AYA Editora, 2024.

CORDEIRO, W. D. M. Avaliação dos programas de quimioprofilaxia voltados para doenças negligenciadas e da pobreza na América Latina. 2024.

GURJÃO, Esther Dantas de Sá Paiva. Dimensões individuais e coletivas. [S. l.: s. n.], [s. d.].

MAXIMINO, Flávio Donalwan Sá. Gestão da assistência farmacêutica: conceitos e práticas para o uso racional de medicamentos. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

SANTOS, Antônio Nacílio Sousa *et al.* Doenças prevalentes na infância – avaliação clínica e cuidados continuados no âmbito da atenção primária à saúde (APS). ARACÊ, v. 7, n. 6, p. 31376–31425, 2025.